



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0737/13	DATA: 11/06/2013
INÍCIO: 14h24min	TÉRMINO: 16h33min	DURAÇÃO: 02h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h09min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO - Subchefe de Organização e Assuntos Marítimos do Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil.
KELEN LEITE - Chefe da ESEC Tupinambás do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
OTÁVIO AUGUSTO VUOLO MARQUES - Diretor do Laboratório de Ecologia e Evolução do Instituto Butantan.
JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - Secretário do Comitê Pró-Criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes.

SUMÁRIO: Debate sobre a criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes, localizado no litoral norte do Estado de São Paulo.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente audiência pública destinada a debater a criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago de Alcatrazes, localizado no litoral norte de São Paulo.

O requerimento para realização deste evento é de autoria do brilhante Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo.

Comunico a todos que este evento é transmitido ao vivo pela Internet.

E, aí, convido a compor a Mesa os seguintes palestrantes: o Contra-Almirante Wilson Pereira de Lima Filho, Subchefe de Organização e Assuntos Marítimos do Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil (*palmas*); a Sra. Kelen Leite, Chefe da ESEC Tupinambás do ICMBio (*palmas*); o Prof. Dr. Otávio Augusto Vuolo Marques, Diretor do Laboratório de Ecologia e Evolução do Instituto Butantan (*palmas*); e o meu querido amigo, José Pedro de Oliveira Costa, Secretário do Comitê Pró-Criação do Parque. (*Palmas.*)

Cada expositor terá 20 minutos. Nós temos ali um cronômetro, que pode orientar. Naturalmente, não existe o menor interesse em sermos exatos, mas ele orienta, de alguma maneira.

Informo aos palestrantes, e esta é uma novidade que a Câmara dos Deputados está promovendo, que o debate será interativo nesta audiência pública. Então, os nossos internautas poderão enviar perguntas pelo portal *e-Democracia* dos servidores desta Comissão, e eles estarão encarregados de monitorar essa questão.

Informo a todos que esta reunião é gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de utilizarem o microfone para as suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas da Casa.

Quero dizer que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara está muito orgulhosa com a presença de todos e, principalmente, pela abordagem desse assunto, que é de interesse de todos os brasileiros, num País continental como o nosso, com essa costa maravilhosa, o Atlântico.



Eu pessoalmente nasci e me criei na beira da praia, então, o mar faz parte da minha formação. Eu festejo a discussão de modo muito *caliente* por isso, porque sei que, a partir discussões como essa, a possibilidade de construirmos um zoneamento costeiro passa a ser de suma importância.

Nós tivemos aqui já muitos problemas, como a pesca na região de Angra e outras questões que estamos levantando pela imensa dificuldade de não termos uma orientação mais firme sobre isso.

E, fazendo justiça ao mérito, eu quero convidar para conduzir esta audiência pública o autor do requerimento, Deputado Ricardo Tripoli.

Muito obrigado a todos e boa audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Boa tarde a todos.

Quero agradecer, inicialmente, ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, o Penna, pela transferência do cargo da Presidência desta audiência pública, e dizer o porquê do nosso requerimento: é um tema que é muito caro a todos nós.

Eu me recordo que, ainda como Secretário de Estado do Meio Ambiente em São Paulo, já discutíamos com o pessoal da Marinha de São Paulo, com as entidades não governamentais, com o Ministério Público, enfim, com todos os autores envolvidos nessa questão da Ilha de Alcatrazes e do Arquipélago, para que obviamente tivéssemos certa tranquilidade no que diz respeito à utilização dos seus espaços, que até então vinham sendo feitos.

Houve algumas evoluções, mas nós percebemos certa angústia das pessoas que nos procuraram, assim que nós chegamos aqui à Câmara Federal, no sentido de darmos continuidade a esse debate, porque houve várias reuniões. Eu vi algumas aqui, pelo portfólio, inclusive, uma delas no Estado do Rio de Janeiro, em 2006. Os vários órgãos que se veem envolvidos nesse processo têm buscado soluções para essa questão. Tenho certeza de que há convergência em muitos pontos, divergência em outros.

Esta é a Casa do contraditório, por isso, nós estabelecemos o princípio democrático de ouvir os vários lados, os vários segmentos. Eu espero que seja de proveito, para que nós possamos, neste início de processo de discussão aqui na



Câmara Federal, na Comissão de Meio Ambiente, ter a possibilidade de êxito ao término não só desta reunião, mas da discussão e debate desse tema.

Portanto, quero agradecer muito a presença de todos que nós convidamos e vieram a esta reunião trazer a sua contribuição, a sua colaboração.

Vamos dar início, então. Temos disponíveis 20 minutos para cada um. Se quiserem, a apresentação de eslaides ou de filmes está à disposição para cada um daqueles que vai fazer aqui as suas considerações.

Eu vou acompanhar aqui o relatório da Comissão da maneira como foi aprovado e, se houver concordância de todos, vou passar a palavra primeiro ao nosso Contra-Almirante Wilson Pereira Lima Filho, que é Subchefe da Organização de Assuntos Marítimos do Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil — quero agradecer à Marinha do Brasil —, para que obviamente possa tecer suas considerações a respeito do Arquipélago de Alcatrazes, que nós esperamos, quem sabe, um dia se torne um parque nacional, para que possamos desfrutar a beleza que detém essa região.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WILSON PEREIRA LIMA FILHO - Exmo. Sr. Deputado Ricardo Tripoli, muito obrigado por suas palavras; senhores presentes; aqueles que estão nos assistindo pela Internet, o nosso cordial boa tarde.

É com muita satisfação que a Marinha do Brasil, aqui representada por mim e mais Assessores aqui presentes nesta audiência pública, está exercendo plenamente a democracia no nosso País, razão pela qual estamos aqui hoje presentes, para discutir temas de interesse do nosso País.

Eu queria pedir, se pudesse, que a luz seja apagada para que eu possa fazer a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, eu inicio a minha apresentação com esta bela paisagem do nosso Arquipélago de Alcatrazes, que está, conforme podemos ver, muito bem. Estive lá há pouco tempo navegando e a Marinha do Brasil está sempre presente neste Arquipélago, que eu diria que é um patrimônio do nosso País.

Eu vou seguir, Deputados, senhoras e senhores, este sumário: a introdução, que está em andamento; um histórico, em que falarei sobre a importância do



Arquipélago de Alcatrazes para a Marinha; falarei sobre a Marinha do Brasil em prol do meio ambiente; a harmonização entre Defesa e meio ambiente; sobre o Parque Nacional Marinho, os limites acordados; e uma rápida conclusão ao final.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Todos devem estar se perguntando: por que os oficiais da Marinha estão com um uniforme tão engalanado? É importante que os presentes saibam que hoje, dia 11 de junho, é a data magna da Marinha. Hoje, estamos comemorando o 148º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Hoje, não apenas a Marinha, mas o Brasil está em festa, porque hoje é o Dia da Marinha do nosso País.

Uma rápida introdução. Os senhores bem conhecem, mas o Arquipélago de Alcatrazes dista 72 quilômetros da cidade de Santos, 45 quilômetros da cidade de São Sebastião, e apresenta para nós condições geográficas estratégicas bastante favoráveis para a realização de exercícios militares da Marinha do Brasil. Ele congrega aspectos importantes: localização estratégica, segurança e topografia — eu vou sublinhar esses aspectos no próximo eslaide.

Aqui está a apresentação do nosso Arquipélago. Ele fica distante a 360 quilômetros da área do pré-sal, onde constantemente a Marinha do Brasil está presente em ações de patrulha naval e presença. Ao mesmo tempo, está de 15 a 20 quilômetros da Bacia de Campos e também bastante próximo do Rio de Janeiro, onde é a sede da Esquadra brasileira.

Dessa forma, o Arquipélago de Alcatrazes, para a realização de exercícios militares, tem uma importância estratégica fundamental. Além de estarmos livres do tráfego aéreo de rotas comerciais das nossas aeronaves, também ficamos livres do trânsito intenso de navios, o que vem facilitar a nossa realização de exercícios nessa região.

Então, esses aspectos relacionados à localização, segurança e topografia, Deputado, são muito importantes para nós selecionarmos essa área como a nossa área de exercícios. Durante a década de 70 a 80, a Marinha do Brasil fez levantamentos do Oiapoque ao Chuí no intuito de identificar qual seria a área mais apropriada para esses exercícios. E foi depois desses estudos que se constatou que era o Arquipélago de Alcatrazes.



Então, dentro desse histórico, em 1980, a raia para a realização de exercícios militares da Marinha do Brasil foi inaugurada, após exaustivos estudos conduzidos pela Marinha do Brasil.

Em 1982, o Arquipélago de Alcatrazes passou à jurisdição do então Ministério da Marinha. A partir desse período, de 1982 a 2008 — houve várias ocorrências, nós podemos testemunhar —, surgiu uma nova mentalidade de preservação do meio ambiente, que não existia na década de 70. Graças a Deus, graças ao progresso, graças a novas tecnologias, passamos a ter a preocupação com o meio ambiente, emoldurando todas as atividades que são conduzidas não apenas pelas Forças Armadas, mas por todos aqueles que habitam o Planeta Terra. Hoje, o meio ambiente é uma preocupação de todos.

Então, nós tivemos que buscar qual seria a forma de harmonizarmos os interesses da Defesa nacional com os interesses do meio ambiente.

Em 2008, foi realizado um Termo de Compromisso Interministerial, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, representado pelo Comando da Marinha, para buscar quais medidas nós devemos implementar para trazer o mínimo desses impactos na área.

Vamos abrir um parêntese. Nós aqui, brasileiros presentes, sabemos das atribuições constitucionais da nossa Marinha, não apenas pelo o art. 142 da Constituição, mas pela Lei Complementar nº 97, que estabelece uma série de tarefas para o Comando da Marinha. E para que nós possamos cumprir com essas tarefas e ter uma força naval compatível com a dimensão estratégica do nosso País, temos a necessidade importantíssima do alinhamento e aprestamento dos sistemas de armas dos navios da esquadra. E, conforme já comentei com os senhores e senhoras, isso vem desde o início da década de 80. Nós estamos acostumados a utilizar aquela área já mencionada, que é a nossa área que está em lide aqui.

Então, nós temos instalações de apoio, que ficam na Ilha principal, temos um farol, que fica na Ilha do Porto, que pertence ao Arquipélago. Esse farol orienta os navegantes que passam nas proximidades da Ilha de Alcatrazes.

E nós, mais uma vez, sublinhamos que a posição geográfica do Arquipélago facilita a logística para consecução dos exercícios militares. Por quê? Pela proximidade da sede da esquadra brasileira. Se essa área fosse, por exemplo, em



Natal ou em Rio Grande, seria caríssimo, pelo consumo de combustível. Então, ela tem essa vantagem. É o aspecto econômico. Economicidade hoje é uma preocupação do nosso Governo. E a presença dos navios da Marinha no Arquipélago traz benefícios.

Vamos ver como está essa Ilha: totalmente desabitada e mantida, porque a Marinha, desde 1980, está presente, cuidando dessa Ilha. Os navios que ficam no entorno da Ilha de Alcatrazes, como é o caso dessa fragata, realizam patrulhas navais e eventualmente inspeções em embarcações que estão na área, verificando se estão em condições seguras, se não há risco de elas causarem poluição ambiental, caso não estejam em consonância com as legislações internacionais.

A Ilha da Sapata, os senhores vão ver, passa a ser, a partir deste momento, protagonista nesse processo. A Ilha da Sapata passa a ser a protagonista. Inclusive, podemos ver aqui alguns alvos que foram recentemente pintados na Ilha, justamente para que nós possamos buscar essa medida harmonizadora que a Marinha do Brasil está buscando junto ao Ministério do Meio Ambiente para trazer o mínimo possível de impactos.

Nós queremos, mais uma vez, reforçar que existe uma lei, a Lei nº 9.537, de 1997, que é a chamada Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, que atribui à Marinha uma série de tarefas, entre elas, nós somos a instituição responsável por fazer a verificação nas condições de segurança, especialmente, no tocante à poluição marinha nos navios que trafegam em nossas águas jurisdicionais.

Então, consoante com essa legislação, nossa Marinha realiza o patrulhamento da área do entorno do Arquipélago, realiza inspeções navais em embarcações que trafegam naquela área do Arquipélago de Alcatrazes e promove verificação de equipamentos instalados em embarcações e unidades *offshore* que trafegam nas proximidades do Arquipélago, a fim de verificar sua conformidade e os requisitos previstos em normas nacionais e internacionais de prevenção à poluição hídrica.

Deputado, é interessante que a gente perceba que a própria presença da Marinha inibe a aproximação de eventuais predadores. A presença da Marinha os inibe. Se fizermos uma viagem do Oiapoque ao Chuí, observamos as áreas em que a Marinha do Brasil está ocupando, passando pela Ilha do Governador, por Cabo



Frio, pela própria praia do Colégio Naval e por Angra dos Reis, verificamos áreas preservadas. Existe esse comprometimento da nossa instituição em preservar o meio ambiente. Nós somos uma instituição comprometida com a preservação do meio ambiente.

Com aquele termo de compromisso que foi assinado, no intuito de mitigar problemas que aconteceram no passado, quando não havia essa consciência de preservação, nós nós verificamos uma série de ações a serem tomadas no intuito de minimizar aqueles problemas e também de evitar alguns futuros. Foram estabelecidas condições para a realização de exercícios militares na área do arquipélago a fim de compatibilizá-los com as necessidades de preservação de meio ambiente.

Naquela ocasião ainda se pensava em realizar exercício de tiro no Saco do Funil na ilha principal. Foram verificadas quais seriam as medidas. Então, foi limitado o número de tiros por ano; o número de exercícios militares por ano; foram estabelecidos — vamos ver no próximo eslaide —, em consenso, condições e procedimentos para prevenção e controle de incêndio em Alcatrazes; foram especificadas atuações conjuntas do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e da Marinha do Brasil.

São ações no tocante aos seguintes tópicos: informação e educação ambiental — temos uma Delegacia da Marinha em São Sebastião que, em todos os seus cursos, em todas as suas atividades, dissemina a criação de uma mentalidade de preservação de Alcatrazes. A Marinha está trabalhando nisso junto com a sociedade; ajudamos os órgãos ambientais na fiscalização do arquipélago; estamos elaborando um plano com a presença e a participação de técnicos ambientais para recuperação de áreas degradadas; apoiamos a realização de pesquisas científicas; e constituímos um grupo de trabalho interministerial para acompanhamento da execução desse termo de compromisso.

Constantemente, nós, da Marinha do Brasil, nos juntamos com técnicos do Ministério do Meio Ambiente para verificar como está o andamento desse termo de compromisso. E, a fim de cumprir o estabelecido nesse termo, não utilizamos, como nunca utilizamos, projéteis com carga explosiva. Nós limitamos a quantidade de exercícios por ano; limitamos a quantidade de tiros por ano e estabelecemos



procedimentos de inspeção e limpeza nas proximidades da área dos exercícios. Ou seja, após a realização dos exercícios, mandamos um grupo do Batalhão de Engenharia dos Fuzileiros Navais e mergulhadores para verificar se há algum tipo de fragmento que possa ser danoso ao meio ambiente.

A fim de cumprir o que foi estabelecido nesse termo, foi criado um grupo de combate a incêndio florestal, um grupo de apoio aéreo, com aeronaves que constantemente estão apoiando as atividades do Ministério do Meio Ambiente, composto de duas aeronaves, configuradas com dispositivos *bambi bucket*. Eu vou mostrar aos senhores o que é esse dispositivo. E estabelecemos pontos para facilitar o desembarque na ilha do grupo de combate a incêndio florestal. Sempre que vai existir qualquer tipo de exercício toda essa equipe está mobilizada, pronta para ser empregada, se necessário.

Esse é o *bambi bucket*, uma espécie de bolsa que mergulha na água, é enchida de água, e o helicóptero fica pronto para lançá-la, se necessário. Todo esse dispositivo foi adquirido e está em condições de emprego para apoiar o Ministério do Meio Ambiente, se necessário.

Ou seja, são segmentos do Governo unidos, coesos, trabalhando juntos em prol do desenvolvimento nacional.

Alguns exemplos dessas atividades bastante simbólicos. Aqui é um fiscal do IBAMA, junto com um fiscal da Marinha do Brasil, realizando atividades na área. Aqui nós estamos apoiando o desembarque de técnicos na Ilha Sapata. Aqui estamos juntamente com técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio e do IBAMA na Ilha Sapata. E aqui está a nossa chefe da ESEC Tamoios preparando-se para embarcar numa aeronave nossa para realizar ações de fiscalização na região.

Dentro desse contexto, a palavra chave é harmonização. Em abril de 2012 foi realizada uma reunião do Grupo de Trabalho Interministerial, quando foi acordada a retirada da área da Ilha Sapata do limite da proposta de criação do Parque Nacional Marinho de Alcatrazes. Ou seja, em conversas com o Ministério do Meio Ambiente, nós percebemos que as atividades mais impactantes eram aquelas realizadas na ilha principal, as espécies mais raras estavam na ilha principal. Então, qual solução atenderia aos dois segmentos? Fomos buscar a área menos impactante, e foi selecionada a Ilha da Sapata. Iniciamos o estudo que está em andamento na



Marinha do Brasil, inclusive tive a oportunidade, à época comandava uma Força Naval, de fazer esse primeiro exercício em janeiro. Eu estava lá em Alcatrazes, embarcado numa fragata. E, após essas atividades, o pessoal do meio ambiente foi verificar o estado na Sapata, e foi constatado que os impactos foram, digamos, aceitáveis, dentro do contexto do nosso exercício.

Com isso estamos estudando a realização dos exercícios apenas na Sapata. O objetivo, qual era? Permitir a realização de testes de viabilidade para consagrar a Ilha da Sapata como único alvo para exercícios militares da Marinha. O teste já está em fase final.

Antes seria um projeto de lei, a Ilha da Sapata está dentro do parque, depois dos entendimentos que foram conduzidos, estamos aqui com esse dispositivo final. Nós deslocamos a nossa raia de tiro para leste, perdemos a oportunidade de realizar alguns tipos de exercícios. Mas qual foi o ganho? Um ganho grande, em prol do meio ambiente. Esse foi o entendimento da Marinha do Brasil. Nós vamos deslocar um pouco, perder alguma coisa em termos de exercícios, mas vamos buscar o consenso entre a defesa e o meio ambiente.

Com isso, será realizado brevemente um terceiro teste nessa raia de testes, e até agora os resultados são positivos.

A presença da Marinha do Brasil no Arquipélago dos Alcatrazes. Eu li essa frase em algum lugar, não me lembro onde, e achei muito interessante. A Marinha do Brasil tem o condão de inibir qualquer atividade depredatória em sua natureza, o que se traduz em preservação e conservação do ecossistema. A nossa presença lá combate até biopirataria, eventualmente sei que alguns pássaros, até alguns ofídios, são vendidos a preços altíssimos no mercado. Mas a presença da Marinha, trabalhando de braços dados com o Ministério do Meio Ambiente, vai inibir todas essas atividades. E a nossa presença lá é fundamental para o aprestamento do poder naval.

E como mensagem final gostaria de mencionar que a Marinha do Brasil, dentro de suas tarefas constitucionais, trabalha em prol do preparo e emprego do poder naval, contribuindo para a garantia dos interesses brasileiros, por meio da sua presença na Amazônia Azul, assegurando a nossa soberania no mar.



A Marinha é uma instituição totalmente comprometida com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade. Por isso, menciono que estamos tomando medidas para a utilização sustentável das atividades militares desse parque. Nós o estamos utilizando de forma sustentável. Assim, especificamente neste caso, estamos envidando esforços para, em comum acordo com o IBAMA e ICMBio e outras entidades interessadas, encontrar soluções que harmonizem os interesses da Defesa Nacional com o meio ambiente, que constituem duas vertentes fundamentais e necessárias ao desenvolvimento do Brasil.

Senhoras e senhores, Srs. Deputados, defesa e meio ambiente são importantíssimos. Então, é importante que nós como integrantes da Defesa Nacional tenhamos a percepção de que Defesa Nacional hoje é uma preocupação de todos os brasileiros. Vivemos novos tempos. Da mesma forma o meio ambiente também é uma preocupação de todos os brasileiros.

Dentro deste contexto, queria agradecer a presença de todos e mais uma vez externar o orgulho e a satisfação da Marinha do Brasil em participar desta audiência pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Gostaria de agradecer ao Contra-Almirante Wilson Pereira de Lima Filho pela apresentação, que atingiu o tempo exato de 20 minutos. Eu já vi que a Marinha é cronometrada até na manifestação.

Passo a palavra A Sra. Kelen Leite, Chefe da ESEC Tupinambás do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para que faça a sua apresentação.

Por gentileza.

A SRA. KELEN LEITE - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa.

Eu vou tentar falar um pouco de como surgiu a proposta, dentro do ICMBio, da criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes, levando em consideração o contexto regional do litoral norte. A apresentação tem algumas complementações, e eu gostaria de colocar à disposição para esclarecimentos a nossa Diretora Giovanna Palazzi, aqui presente.

(Segue-se exibição de imagens.)



Dando uma contextualizada na questão da conservação marinha no País — aqui há uma tabela com as nossas porcentagens de áreas protegidas —, hoje, estão protegidas 17% de áreas continentais e 1,53% de áreas marinhas. Desse 1,53%, 0,13% é o que chamamos categoria de proteção integral. O que é categoria de proteção integral? É aquela que não permite o uso direto dos recursos. Então, hoje, a Estação Ecológica é uma categoria de proteção integral, e o Parque, na proposta, também seria proteção integral, sem uso direto dos recursos.

Há alguns acordos internacionais do nosso Governo, as Metas de Aichi, por exemplo, a Meta 11, segundo a qual o Governo brasileiro assumiu a responsabilidade de atingir 10% das áreas marinhas e costeiras protegidas, e hoje há esse total de 1,53%. Então, há um déficit considerável na questão da proteção da área marinha do Brasil.

Este é um mapa que traz um pouco o contexto regional do Arquipélago dos Alcatrazes. Aí eu trago um pouco da questão das unidades de conservação. O que está aqui, em amarelinho, são as áreas da ESEC Tupinambás, então temos algumas áreas no Arquipélago dos Alcatrazes. A ilha principal, a Ilha de Alcatrazes, está fora da ESEC e não tem nenhum *status* de proteção ambiental. Temos duas ilhas, Cabras e Palmas, em Ubatuba. A proposta inicial era a recategorização. A proposta final, depois, com os ajustes, ficou sendo a criação do Parque — esse é o desenho da criação do Parque —, no entorno marinho da ESEC Tupinambás, levando em consideração também a ilha principal.

Aqui, um contexto das outras áreas protegidas. São áreas estaduais, estão sob a administração da Fundação Florestal, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Aí a principal área, a APA Marinha do Litoral Norte, que abrange o contexto do entorno imediato da área proposta para a criação do Parque. Por que isso? Porque, na verdade, a APA marinha é uma área de uso sustentável, e a ideia seria que essa APA servisse como amortecimento das atividades humanas e antrópicas que ocorrem aqui nessa área, principalmente porto, pré-sal e várias outras; que houvesse condições de regular essas atividades dentro da APA, para amortecer o impacto nessa região da área do Arquipélago.

Aqui está uma vista do Arquipélago. Ainda bem que o pessoal da Marinha colocou do outro lado. Essa é uma visão do Saco do Funil.



Aqui é a antiga área de uso da Marinha para os exercícios de tiro. No ano passado, nós fizemos uma vistoria conjunta dessa área e verificamos que ela está em processo de regeneração natural, com abafamento do capim-gordura que lá havia. Então, é uma área que está se recuperando naturalmente. É lógico, precisa de algumas medidas ainda para acelerar esse processo, mas é uma área que está em recuperação.

Ilha do Farol, a área da ESEC está aqui, esta ilha no sul; e há a Ilha do Paredão, que não aparece na foto.

Este é um mapa mais detalhado. A ilha principal: aqui sul; aqui norte, na verdade norte e sul. A Ilha da Sapata é esta aqui. A proposta da Marinha, agora, é usar essa ilha — sair da ilha principal, da área onde há espécies endêmicas e ameaçadas e transferir os alvos do exercício de tiro para a Ilha da Sapata, um pouco mais afastada do Arquipélago. Uma das vantagens é que do modo como foi posicionada a raia, a chance de acertar a ilha principal é quase nula, porque mesmo os tiros que não acertem a Sapata vão nessa direção.

Aspectos relevantes do Arquipélago. Está localizado numa área de confluência de correntes marinhas. Essa área é única no País. Isso dá condições para endemismos marinhos. Então, é uma área relevante biologicamente em se tratando da conservação dessas espécies endêmicas, e é uma área que não se tem grande quantidade de unidades de proteção integral para cumprir esse papel.

Outro tópico bastante relevante do Arquipélago é a presença de tartarugas marinhas. O Projeto Tamar tem um levantamento que indica Alcatrazes como a área mais importante com relação a crescimento e abrigo dessas espécies. Duas delas, que são a *chelonina mydas* e a tartaruga-de-pente, são espécies ameaçadas de extinção.

A vegetação é típica de Mata Atlântica insular. Devido ao isolamento geográfico, há algumas espécies endêmicas, há espécies ameaçadas também, mas esse isolamento geográfico dá uma característica típica de vegetação de ilhas longe do continente — uma vegetação empobrecida se comparada às ilhas mais próximas. Empobrecida é menos importante? Não. Quando é empobrecida é maior ainda a necessidade de conservação porque tem características únicas.



Presença de espécies endêmicas. Eu creio que o Otávio vai se referir um pouco a essa questão quando falar da herpetofauna.

Quanto à questão da beleza cênica. Alcatrazes tem uma ligação direta com a população do litoral norte. Então, quem nasce no litoral norte de São Paulo, costa sul, cresce olhando para Alcatrazes. Tem-se um vínculo emotivo muito forte dessa população com esse Arquipélago. Chega a ser emocionante ver, quando as pessoas têm oportunidade de conhecer, a reação dessas pessoas. Para nós é mais uma responsabilidade permitir que essas pessoas tenham acesso a esse patrimônio natural local. O patrimônio é público e o acesso também assim seria.

A importância do Arquipélago é datada desde os períodos pré-coloniais. Há alguns sítios arqueológicos já catalogados pelo IPHAN. Existe uma teoria ainda não comprovada, que precisa um pouco mais de estudos, mas a suspeita dos arqueólogos é de que a ilha era usada como lugar sagrado pelos índios que viviam na região, para sepultamento de seus mortos. Encontraram alguns cascos de cerâmica e isso indica a possível finalidade.

A biodiversidade, principalmente marinha e biomassa, é responsável pelo efeito de *spillover effect*, que, na verdade, nada mais é do que o repovoamento de toda aquela área que está ao redor.

Quando se tem uma área marinha conservada criam-se condições nessa área para a fauna marinha atingir grandes portes, principalmente peixes. Esses peixes chegam à maturidade numa condição de reprodução ótima. As larvas e os ovos desses peixes vão com as correntes marinhas repovoando toda a área do entorno. Então, Alcatrazes não é importante só para a conservação das espécies que existem ali; é importante para a conservação de espécies e estoques pesqueiros de toda a região, visto que é a única área no litoral de São Paulo onde a pesca é restrita.

A condição de biomassa marinha conta com um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina feito recentemente em toda a costa do País. Esse estudo identificou dois sítios extremamente importantes e conservados na nossa costa. Um deles, por incrível que pareça, é Alcatrazes, mesmo estando numa das áreas de maior pressão e população do nosso País, comparado a Atol das Rocas, por



exemplo, que é totalmente isolado e está protegido ambientalmente há muito mais tempo.

Com relação às espécies ameaçadas, hoje estão teoricamente protegidas no Arquipélago 16 espécies vegetais ameaçadas e 43 espécies animais, sendo que 30 dessas 43 são espécies de peixes. O Arquipélago é considerado também o paraíso das aves — existem 92 espécies de aves registradas. É o maior ninhal de fragatas do País.

Outro ponto relevante é a presença de cetáceos. Pensamos que não existem mais na costa de São Paulo, mas, de acordo com os nossos levantamentos, eles são mais frequentes do que se imagina.

Esta é uma foto de uma orca em frente a Alcatrazes, registrada no final do ano.

Aqui, um breve histórico de ocupação do Arquipélago. Na verdade, nos relatos históricos, ele aparece logo após a colonização do Brasil.

Passo agora, uma vez que o comandante já citou, à ocupação da Marinha.

Em 1982, a posse da Marinha na Secretaria de Patrimônio da União.

Em 1987, a criação da Estação Ecológica Tupinambás. Porém, só houve a gestão na área em 2000, com a implementação do escritório administrativo em São Sebastião.

Em 1989, houve uma série de pesquisas pelo Projeto Alcatrazes, que aumentaram significativamente o conhecimento científico do Arquipélago. Estamos realizando o plano de manejo. Muitos dos estudos que estamos fazendo baseam-se em levantamentos dessa área.

Em 2008, ocorreu a flexibilização da área delta, cuja navegação antes era proibida e foi liberada nesse ano, e a assinatura do termo de compromisso, que já foi comentada aqui.

Em 2009, foi a criação do GT do ICMBio e da Marinha, para discutir a criação do Parque Nacional do Arquipélago dos Alcatrazes, e também ocorreu a primeira instrução do processo. Porém, a primeira reunião do GT foi acontecer em 2010.

Em 2011, fizemos o incremento de demanda científica para o plano de manejo.



Em 2012, começamos a implementar as ações previstas para conservação e proteção do arquipélago junto à Marinha do Brasil e ao IBAMA.

Hoje, temos uma rotina de ações com a Marinha e o IBAMA para fiscalização, educação ambiental, pesquisa. Mudamos alguns procedimentos de autorização de pesquisa, o que facilitou um pouco o acesso à região. Enfim, uma série de coisas estão rodando depois de 2010.

Vou falar um pouco do histórico do processo. Começou em 2009, tentando contemplar o aumento de área protegida, principalmente a questão da ilha principal. Há a briga entre o ninhal e as espécies ameaçadas e endêmicas, que hoje não têm nenhuma proteção ambiental. Também há a questão da demanda local, que é bem mais antiga do que isso. Os primeiros relatos de demanda local pelo PAC estão pela década de 80.

Em 2010, o ICMBio fez o estudo de limite e a categoria.

Em 2011, realizamos uma audiência pública em São Sebastião para ouvir a sociedade local sobre o projeto. Nela foi apresentada a proposta.

No estudo de definição de limites, usamos essa metodologia de planejamento para conservação, baseada nos alvos e nas metas de conservação. Definiram-se os alvos de conservação que, no caso, seriam as espécies endêmicas ameaçadas e espécies marinhas. Sobreposamos esses dados biológicos com dados de batimetria de fundo e também com os dados socioambientais.

Só para entenderem um pouquinho, isto aqui são valores de conservação. Quanto mais alto o valor de conservação, maior a demanda de se conservar aquela parcela.

Chegamos a este desenho. A ideia era contemplar todos os quadradinhos em vermelho. Eles têm alto valor de conservação. Esticamos o limite do Parque até o limite da APA Marinha Litoral Norte para contemplarmos essa continuidade das unidades de conservação, para, se pudesse também, fazer aqui uma estratégia conjunta de gestão, visando à maior conservação dos recursos.

Na definição da categoria, foi levada em consideração a transparência das águas, a biodiversidade marinha, que é, por si só, um grande atrativo, e a beleza cênica.



Voltando aos paredões graníticos, esse pico, o chamado Pico da Boa Vista, tem 316 metros. Como escala de comparação, o Pão de Açúcar tem 396. Então, ele é apenas 80 metros menor que o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro.

Alcatrazes é a referência de paisagem do litoral norte e possui demanda de visitação também. Há de se considerar a região onde está inserida essa proposta de unidade de conservação.

Quanto ao mercado náutico de esporte e recreio, por exemplo, hoje há 15 mil embarcações registradas na delegacia de São Sebastião. Isso gera demanda do uso do mar, gera demanda da visitação na área. Se a área é cobiçada e se há bastante barco na água, conseqüentemente, há essa demanda por visitação.

O turismo de mergulho já está instalado na região, que também gera essa demanda de mergulho recreativo na área.

Quanto à viabilidade, há comparação com o Parque Estadual da Laje de Santos, que é mais ou menos parecido com Alcatrazes. Está na mesma distância. À época, havia 5 mil visitantes de mergulho por ano. Esse número aumentou, mas Alcatrazes tem algumas coisas que a Laje não tem: a beleza cênica fora da água e o abrigo para operação de mergulho. Então, o potencial aqui é um pouquinho maior.

Na audiência pública realizada em São Sebastião, houve algumas demandas. As demandas específicas com relação à gestão do GT Interministerial com a Marinha foram: a retirada dos alvos das áreas do ESEC das Lages Dupla e Singela, que ainda eram usadas como alvos — isso a Marinha acatou, quando passou, agora, os registros de tiro para a Ilha da Sapata; a retirada dos exercícios de tiro da Ilha dos Alcatrazes; a manutenção das áreas de Ubatuba como a ESEC, quando a primeira proposta era a recategorização.

Os pescadores de Ubatuba manifestaram-se pela não modificação da cidade. Então, começamos a trabalhar com a criação do Parque somente em São Sebastião.

Turismo controlado para evitar impacto nos frágeis ecossistemas do Arquipélago. Apareceu bastante o coral-cérebro, uma espécie endêmica do Brasil. Alcatrazes é o último limite de distribuição sul dessa espécie — Alcatrazes, Queimada. Na região sul, como a água é fria, essa espécie não aparece.



Manutenção da ESEC como laboratório natural e áreas marinhas de controle para ensaios científicos. Como essa área é única, no sudeste, nesse *status* de preservação, existe uma demanda da academia de resguardar algumas áreas para manter os ensaios científicos.

Manter os padrões de comparação entre áreas, entre estudos. Isso apareceu bastante na audiência pública.

Abertura do Arquipélago para mergulho. Essa é a proposta. As áreas em verde são da Estação Ecológica Tubinambás. A área em preto vai ficar reservada à Marinha.

Essa área aqui vai ser incorporada na proposta, visto que a Marinha retirou os exercícios de tiro da Ilha de Alcatrazes.

Essa área aqui fica como área de acesso à Ilha da Sapata para a Marinha. Ganho para conservação desse processo. Houve um amplo processo de divulgação e aproximação com a sociedade. A sociedade foi muito ouvida nesse processo, que foi muito debatido, muito discutido, muito acordado. É um processo que não tem, digamos, grandes atritos com a sociedade.

Aumento de pesquisas científicas. Em 2009, tínhamos sete; em 2013, temos 53 projetos de pesquisa em andamento no arquipélago.

Diminuição de ilícitos ambientais. Aumento de atividade de educação ambiental, até porque nós fazíamos sozinhos, e hoje fazemos em três mãos: o IBAMA faz; a Marinha faz; e nós também fazemos. Então, aumentou.

Aumento de presença institucional no arquipélago, a mesma coisa. Nós tínhamos uma frequência, antes de 2011, de ir duas vezes por ano ao arquipélago; hoje chega a 70 ou 90 vezes por ano. Então, aumentou significativamente.

O Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD da Ilha dos Alcatrazes está em elaboração.

A retirada dos alvos das áreas da Estação Ecológica — ESEC Tupinambás, que é uma área de proteção integral. Foi contemplada a retirada desses alvos, a retirada dos alvos da Ilha dos Alcatrazes.

O que não estava previsto no GT e acho que foi um dos maiores ganhos nesse processo todo, dadas as ameaças, era a retirada dos fundeios dos navios do entorno do arquipélago. Eu particularmente considero que hoje as principais



ameaças ao arquipélago são a pesca e a navegação de grande porte, os “navios” — entre aspas — dentre outros. Tivemos uma conversa com a delegacia e eles retiraram esses navios que ficavam fundeados, jogando lixo, espécies exóticas à porta do arquipélago.

Agora são principalmente fotos da nossa biodiversidade. Esta foto ganhou o prêmio de melhor foto da *Nature* deste ano, sobre visões de oceano.

Era isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer à Kelen Leite, do Tupinambás e ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a maneira minuciosa como apresentou a sua palestra. Mas, mais do que isso, houve a confirmação da audiência pública realizada no Município de São Sebastião e a sensação das pessoas no litoral norte, que é exatamente essa que você colocou: buscar uma proposta comum e verem a ilha, que é, em tese, um patrimônio daqueles que moram e residem naquele local. Então, boa apresentação.

Antes de passar ao próximo orador, eu gostaria de aproveitar a presença do Contra-Almirante e cumprimentar a Marinha, o que eu não fiz no início. Peço desculpas, mas eu iria, no final da audiência, perguntar. Não perguntei, pois estava esperando, mas o senhor aproveitou e contou por que estão todos engalanados. Fiquei muito feliz.

Eu até fico um pouco com saudade porque, quando eu estudei no Liceu Coração de Jesus, lá em São Paulo, nós tínhamos uma farda muito semelhante à da Marinha. Quando nós saíamos em desfile — o Palácio do Governo era vizinho, nos Campos Elísios —, fazíamos lá o trajeto e depois voltávamos para a escola.

Aliás, eu comentei isso com um submarinista, o Bento, que é da Marinha e esteve conosco naquela missão da Antártica em que ficamos retidos por 4 dias. Aqueles 4 dias foram extremamente importantes, porque, como a Marinha não gostava dos políticos e os políticos não gostavam da Marinha, ali foi uma oportunidade para nos entendermos. Foi uma reunião de 4 dias, tempo que ficamos na estação do Chile, muito boa mesmo. Eu acho que ganhamos nós, ganhou a classe política, ganhou a Marinha, porque houve uma troca de informações e ideias, o que deu para enriquecer bastante. E as amizades que foram feitas ali ficaram até hoje e, com certeza, ficarão para o futuro.



Passarei a palavra agora ao próximo palestrante, Dr. Otávio Augusto Vuolo Marques, Diretor do Laboratório de Ecologia e Evolução do Instituto Butantan.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO VUOLO MARQUES - Agradeço inicialmente ao Deputado e à Comissão pelo convite. Fico feliz em estar aqui porque a comunidade acadêmica científica no Brasil, eu acho, é instada aquém do necessário, pois temos muito para contribuir em termos de informações.

O objetivo aqui é tentar mostrar aos senhores um pouco do conhecimento que foi gerado no Arquipélago de Alcatrazes, lembrando que essa é uma parte muito pequena do que conhecemos. Certamente temos no País uma massa crítica de pensadores muito aquém da necessidade. Então, vou tentar mostrar um pouquinho do que conhecemos, lembrando que é de fato uma parcela.

Vou tentar mostrar, também ao longo da apresentação, além da beleza mostrada aqui pela Kelen, que esse conhecimento pode gerar benefícios para o próprio País, sob o ponto de vista utilitário. Então, eu vou tentar mostrar aqui alguns exemplos do potencial que toda essa fauna e flora, que são principalmente endêmicas de uma ilha, têm com relação ao nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou pesquisador do Instituto Butantan, mas represento aqui a comunidade científica. Existem vários institutos de pesquisa e universidades que têm trabalhado na ilha, ao longo dos últimos 10 anos, 15 anos. Então, boa parte do conhecimento que eu vou apresentar aqui não é, naturalmente, só meu, mas de muitos pesquisadores, alguns relacionados aqui.

O pessoal da Marinha já fez uma boa introdução, mas quero lembrar que a Ilha dos Alcatrazes, como percebemos, nada mais é do que uma parte da Serra do Mar que aflora no meio marinho. Esse isolamento se deve à elevação do nível do mar, provavelmente na era glacial, que, calculamos, foi há 15 mil anos. Assim, essa fauna e flora podem estar isoladas há 15 mil anos, talvez até 100 mil anos, segundo alguns pesquisadores acreditam. Então, esse isolamento causou uma modificação muito grande na fauna e na flora, como vamos ver em alguns exemplos, gerando uma particularidade muito grande na fauna e na flora dessa ilha.

É importante lembrar que todo aquele costão rochoso, a parte rochosa que está submersa abriga uma fauna muito rica. A Kelen mostrou a diversidade que



existe de peixes, mas há vários invertebrados e grupos desconhecidos pela ciência em Alcatrazes. Portanto, as espécies estão sendo descritas.

Quanto aos peixes, que ela detalhou, existem cerca de 150 espécies de peixes, sendo que alguns colegas ictiólogos acreditam que haja mais de 300 espécies. Novas ocorrências foram registradas em razão do conhecimento do material que existe coletado em Alcatrazes.

Algumas espécies, como este peixinho que os senhores estão vendo aqui, que fica parcialmente submerso na areia, só ocorre no Caribe. Esse é o único registro no Brasil dessa espécie de peixe.

A Kelen falou da questão das tartarugas, que é muito importante. Todas as tartarugas marinhas que ocorrem ao longo da costa brasileira estão ameaçadas. A ilha é muito importante para duas delas: a tartaruga-verde, que os senhores estão vendo aqui, e a tartaruga-de-pente, que se alimentam em regiões ao redor da ilha.

A Kelen também falou aqui dos cetáceos, baleias e golfinhos. Acho que ela tem, inclusive, um número mais atualizado do que o meu, mas várias espécies ocupam a área, inclusive espécies ameaçadas, como a jubarte.

Um aspecto muito importante que chama bastante a atenção de quem está se aproximando da ilha são as aves marinhas. Existem seis espécies que vivem na ilha, a maior parte facilmente observável. Algumas delas, como os trinta-réis, sofrem algum grau de ameaça.

Aqui estão alguns levantamentos que mostram a quantidade de aves. A Kelen ressaltou que o arquipélago é o principal ninhal de várias espécies de aves. Aqui podemos ver as espécies; e ali, todas as ilhas. Percebemos claramente que a Ilha dos Alcatrazes é o principal local para abrigar colônias de aves.

No entanto, podemos fazer uma observação que também é relevante: alguns dos trinta-réis que estão ameaçados não ocupam a ilha principal. Por exemplo, esta espécie aqui, que está ameaçada, acaba ocupando a Ilha do Oratório; e aquela outra espécie, que também está ameaçada, ocupa a Ilha dos Amigos, que é a Sapata. Esse é um dado relevante. Já que os tiros seriam voltados para lá, temos que lembrar também essa questão.

Por que as aves ocupam a região? Lá elas se reproduzem; lá existe a nidificação de várias espécies; ovos são colocados no chão da ilha. Algumas



espécies, como a fragata, colocam os ovos sobre a vegetação, como os senhores estão vendo aqui. Então, o chão é muitas vezes utilizado como local de desova de várias aves.

Vejam o motivo da nossa preocupação, que é muito grande: aqui estão os alvos da Marinha, sendo que muitas espécies, principalmente o atobá, colocavam seus ovos próximo aos alvos, ficando certamente suscetíveis ao bombardeio.

Aqui vemos uma foto da vegetação e as fisionomias. Cada gradiente de cor representa um tipo vegetacional diferente, então, percebemos que esse mosaico de vegetação garante uma diversidade muito grande na ilha. Existem mais de 200 espécies de plantas, muitas das quais sabemos que estão ameaçadas. Temos espécies, como o *Anthurium alcatrazensis*, que são endêmicas e só ocorrem na Ilha dos Alcatrazes. Há provavelmente 12 espécies que são endêmicas de Alcatrazes e estão ameaçadas. Inclusive, há o registro de uma espécie que foi extinta. Então, uma das espécies já foi extinta e as outras talvez estejam em via de serem extintas. Daí o nosso cuidado especial com essa ilha.

Um aspecto importante é que a principal fisionomia vegetal na ilha é a vegetação que chamamos de rupestre, esta para baixo que os senhores estão vendo aqui. Essa vegetação é bastante frágil e muito especializada. É nela que encontramos espécies muito raras.

Lembro também que algumas das espécies favorecem a propagação do fogo, porque têm um aspecto mais seco. A preocupação que tínhamos, no caso de incêndios, era o quanto o sal poderia prejudicar o desenvolvimento dessas plantas.

Então, aqui estão os locais dessa vegetação rupestre. Vejam que ela cobre mais de 45% da ilha.

Agora, o que sempre chama a atenção é a mata exuberante, essa mata úmida e muito similar à que ocorre na Serra do Mar, ao longo da Floresta Atlântica, que abriga uma série de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Há muitas espécies com flores e frutos que são extremamente importantes para as aves. Nós vimos que existem as aves marinhas e existem aves que são migratórias. Pelo menos um terço das espécies de aves que ocorrem na ilha — aqui estão apenas algumas espécies — é residente e vive no interior da ilha.



Se olharmos esta tabela com mais de 90 espécies de aves, vamos ver que, aqui à direita, estão as espécies que sofrem algum grau de ameaça. Então, podemos ver que existe uma quantidade razoável de espécies ameaçadas que vivem na ilha.

Bom, em relação aos répteis, o grupo que eu estudo, há dez espécies. Uma delas, a jararaca-de-alcatrazes, é endêmica, só ocorre na ilha e foi descrita em 2002. Percebíamos que esse bicho tinha uma série de diferenças e, depois de alguns estudos, constatamos que é bastante diferenciado.

No entanto, outras espécies estão indicadas aqui. Quando pomos este “*cf.*”, significa que a espécie é conforme essa identificação. Este lagarto, então, provavelmente pertence à espécie que está assinalada aqui, mas é possível que seja de uma espécie diferenciada. A mesma coisa dizemos desta coral: ela tem algumas características que indicam que talvez seja uma espécie diferente, mas só com estudos mais detalhados vamos poder dizer se é de fato uma espécie diferenciada da do continente. Mas possivelmente outros répteis devem ser endêmicos da ilha.

Então, a jararaca que descrevemos em 2002 chama bastante a atenção porque ela é um animal que tem um porte bastante pequeno. Ela chega a 50 centímetros, enquanto a jararaca do continente pode passar de 1 metro e chegar a 1,5 metro. Então, ela é uma jararaca anã e tem uma série de características que a diferenciam da jararaca do continente. Uma das principais características é que na ilha não há pequenos roedores terrestres, não há mamíferos terrestres. A jararaca do continente se alimenta de ratos. Mas como o bicho de Alcatrazes resolveu o problema da ausência de roedores? Ele passou a comer este artrópode que os senhores estão vendo aqui, que é uma centopeia. Então, ele se especializou em centopeias e pequenos anfíbios. Isso tem implicações interessantes, às quais vamos voltar ao final da palestra.

Existem poucos anfíbios, sendo três anfíbios registrados — antigamente eram dois. Mas, se existem poucas espécies de anfíbios, provavelmente dois deles e também o terceiro sejam endêmicos da ilha.

Essas duas espécies foram descritas. Elas só ocorrem naquela ilha. Elas ocupam ambientes bastante específicos. Esta espécie aqui, *Cycloramphus faustoi*,



que é uma pequena rã, só vive nessa região próxima ao Saco do Funil, que é um vale com rochas. Esse bicho só vive nessa região. É um sapo que tem particularidades, pois, ao contrário de outros que põem ovos em ambientes aquáticos, ele fica cuidando dos ovos por um tempo.

A outra espécie que também é endêmica é essa perereca. Ela vive exclusivamente em bromeliais, como os senhores estão vendo aqui. Portanto, se acabar o bromelial na ilha, certamente ela também vai desaparecer. Ela é bastante dependente desse tipo de hábitat.

Então, o fato de esses animais estarem em ambiente tão restrito, em uma área tão pequena e com certas ameaças, isso faz com que eles sejam espécies consideradas ameaçadas.

Certamente essa espécie, quando for descrita, como também tem certas particularidades, poderá entrar automaticamente como espécie ameaçada.

Então, embora haja poucas espécies de anfíbios, eles são todos endêmicos e têm particularidades que fazem com que, de fato, sejam bastante ameaçados.

Temos colegas do Instituto Butantan que trabalharam com aranhas e registraram quase 40 espécies, sendo quatro espécies endêmicas da ilha.

Existem ainda outros sete invertebrados, como formigas, coleópteros, insetos, também endêmicos da ilha.

Como falei, sou de um local onde, embora trabalhe com pesquisa básica, com ecologia, trabalha-se essencialmente com pesquisa aplicada, que é o Instituto Butantan. Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que esses últimos três grupos que apresentei, aranhas, sapos e cobras, — também podermos pensar inclusive nas plantas — são de animais que têm peçonha, veneno, o que é um produto muito importante para a bioprospecção.

O que é o veneno? O veneno nada mais é do que um aglomerado de proteínas, peptídeos. São pedaços de proteínas que compõem o veneno. Todo esse aparato, quando inoculado, vai agir com o intuito de subjugar a presa, tem um efeito deletério. No entanto, sabemos que, se isolarmos certas moléculas, se pegarmos somente uma molécula dessas aqui, ela pode ter um efeito benéfico para o homem, pode ter propriedades farmacológicas.



Aqui estão alguns exemplos e trabalhos — existem vários na literatura: esta é uma aranha cujo veneno teve uma das proteínas ou toxinas isoladas que tem a propriedade de impedir a arritmia cardíaca.

Aqui está outro exemplo de um sapinho que tem uma propriedade antibiótica. Os sapos têm que eliminar as bactérias da pele, portanto, têm muitas substâncias importantes para matar micro-organismos.

E aqui vemos uma substância anti-hipertensiva obtida do veneno da jararaca. Então, são produtos muito importantes.

Este é um exemplo clássico. Todo mundo deve conhecer esse remédio aqui. Se os senhores fizerem uma enquete entre alguns membros da família, talvez quem for mais velho use o captopril, que é o principal anti-hipertensivo.

Vejam bem: o captopril foi gerado a partir da descoberta dessa molécula que os senhores estão vendo aqui. Esta é a estrutura espacial da molécula, que foi descoberta a partir do veneno da nossa jararaca. Então, foi uma molécula descoberta a partir do veneno da jararaca que gerou o captopril.

Infelizmente nossos pesquisadores brasileiros eram, na época, um pouco ingênuos. Apenas para os senhores terem uma ideia, eles publicaram o trabalho sobre a molécula, mas uma multinacional, a Squibb, patenteou essa molécula, que lhe rende anualmente 5 bilhões. E o que Brasil recebe? Nada. Nós só compramos o remédio. Então, vejam o potencial que o veneno de uma cobra pode ter.

Existem pesquisadores no Butantan que estão estudando, por exemplo, o veneno da cascavel. Esse é um produto que já demandou dez anos de estudos. Os estudos não são simples de serem realizados, demandam certo tempo. Existem ensaios pré-clínicos e toda uma legislação que também atrapalha um pouco o andamento desse tipo de pesquisa.

Mas pesquisadores e colegas do Instituto conseguiram isolar uma molécula que é 600 vezes mais poderosa do que a morfina e que pode ser utilizada para combater dores como a do câncer. Além do mais, ela não gera dependência. Então, vejam novamente que uma molécula de um bicho brasileiro gerou um produto de extrema importância para o nosso País.



Eles já patentearam esse produto. Felizmente, a patente será brasileira, e temos uma possibilidade muito grande de contar com outro remédio descoberto a partir do veneno de serpentes.

Voltando à questão da nossa jararaca, algumas informações mostram que o potencial de geração de fármacos é grande. Esse bicho, por exemplo, é diferente da jararaca do continente, porque ele se alimenta de lacraias. Então, isso levou uma colega nossa do Instituto a trabalhar com o veneno, que é este trabalho que os senhores estão vendo.

Cada manchinha à direita são grupos de proteínas. Cada proteína tem um peso e uma carga elétrica. Por esse processo, separam-se grupos de proteínas: este é um grupo; aquele é outro; e lá na frente é mais um. Tudo isso aqui é o grupo das jararacas do continente, são todos venenos de jararacas oriundas do continente.

Vejam que existem grupos de proteínas presentes na jararaca-de-alcatrazes e ausentes na jararaca do continente. São grupos de proteínas, de moléculas possivelmente desconhecidas da ciência, que têm, sim, potencial farmacológico. Elas têm uma ação específica para matar as presas. Às vezes, uma molécula causa dilatação de um vaso e lesão em outro. Então, há um potencial muito grande no veneno da jararaca-de-alcatrazes, e, por meio de estudos de bioprospecção, poderemos isolar substâncias úteis para todos nós.

Ainda não sabemos que moléculas existem aí, pois estamos em fase inicial de estudos e há muito a ser trabalhado. Esse é apenas um dos bichos com os quais temos trabalhado

A nossa preocupação foi sempre a questão da conservação da ilha. Fico feliz em ouvir que, provavelmente, não haverá mais tiros. Nós sempre nos preocupamos com isso, pois sabemos que houve incêndios no passado que muitas vezes atingiram áreas importantes.

Esse sapinho que os senhores viram, que foi descrito recentemente, ocupa somente essa área, a que o fogo chegou muito próximo. Portanto, essa espécie nem tinha sido descrita e poderia ter sido extinta antes mesmo de sua descrição. E, como eu falei, esse sapinho possui um grupo de toxinas que potencialmente podem ser utilizadas por nós. Então, sem dúvida, houve um período em que ficamos bastante apreensivos, em função da possibilidade de incêndios.



Eu lembraria o seguinte: se aqui pegasse fogo, a espécie acabaria de um momento para o outro. Mas um impacto, como um incêndio, não vai exterminar a espécie de um momento para o outro. Se um incêndio destruir uma porcentagem importante do hábitat — vamos supor 30% ou 50% —, ele pode não extinguir a espécie no momento, mas ela poderá ser extinta a logo prazo.

Este gráfico é um modelo do que seria o tamanho de uma população em função do tempo. Notem que isso nada mais é do que o que chamamos de "efeito gargalo". É o seguinte: se há uma diminuição do hábitat, por exemplo — que pode ser por um incêndio ou por outro motivo, como um desmatamento —, haverá uma queda populacional, que vai aumentando com o tempo. O que acontece? A diversidade genética diminui; isso vai caindo; até chegar ao ponto em que a espécie pode se recuperar, mas pode também ser extinta. Isso vai ocorrer ao longo de vários anos. Então, determinada espécie pode não ser extinta imediatamente, mas ao longo de vários anos após o impacto.

Podemos levantar sobre as várias espécies ameaçadas, em especial essas três espécies de anfíbios e os répteis, que são importantes do ponto de vista utilitário. Qualquer um pode acessar o *site* da International Union for Conservation of Nature — IUCN, principal entidade conservacionista do mundo e digitar o nome da espécie. Por exemplo, se pesquisamos sobre uma das espécies de Alcatrazes, o *Cycloramphus faustoi*, vamos ver que ela estará classificada como criticamente ameaçada. É a principal categoria de ameaça, e ocorre para essa perereca e para a jararaca-de-alcatrazes.

Então, eu diria que temos a ilha em nossa mão, assim como toda a biodiversidade e o potencial que ela pode gerar. E acho que temos um compromisso não só conosco, mas com a próxima geração. Ela não tem poder de decisão, mas nós temos poder de decisão e provavelmente vamos ser cobrados por isso. Eu gostaria, então, que pensássemos muito bem, para que não a deixássemos de mãos vazias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer a participação ao Prof. Dr. Otávio Augusto Vuolo Marques, Diretor do Laboratório de Ecologia e Evolução do Instituto Butantan, que claramente demonstrou nítido



conhecimento não só da questão ambiental e da biodiversidade, mas do conteúdo das espécies que existem e vivem naquela região.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de anunciar a presença do nosso sempre Ministro, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Zequinha Sarney, a quem agradeço por prestigiar esta audiência. S.Exa. tem sempre se preocupado com a questão de Alcatrazes também. Conversamos várias vezes sobre essa questão quando S.Exa. era Ministro e eu Secretário de Meio Ambiente.

Temos boas novas aqui: a Marinha anunciou hoje que encerra o treino de tiros na Ilha dos Alcatrazes, reservando outro local para esses exercícios. Eles estão comemorando lá. É uma boa novidade.

Vou passar a palavra ao nosso companheiro e amigo José Pedro de Oliveira Costa, que foi o primeiro Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e inaugurou o início dessa gestão no Governo Montoro. De lá para cá, a Secretaria, obviamente espelhada no trabalho do José Pedro, conseguiu o êxito tão reconhecido hoje.

José Pedro de Oliveira Costa é Secretário do Comitê Pró-Criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes. Da mesma forma, ele disporá da palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite e saudar aqui o representante da Marinha, na pessoa do Contra-Almirante Wilson Pereira de Lima Filho; os representantes do ICMBio, na pessoa da Kelen Leite, Diretora de Áreas Protegidas; o pessoal que representa os cientistas, inclusive, o Fausto, que é o único presente que tem um nome científico a ele dedicado. Por fim, quero saudar o meu Ministro Zequinha Sarney, a quem tive o prazer de servir durante quase 4 anos. Juntos fizemos muitas coisas.

Em primeiro lugar, gostaria de prestar uma homenagem aqui à Batalha do Riachuelo, porque acho que é um momento importante. Prestando essa homenagem, gostaria de também homenagear o Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, nosso Almirante ecologista, que muito nos ajudou e que me ensinou uma coisa muito importante sobre o mar, que devemos ter algumas áreas reservadas.



Não precisa ser tudo, mas uma parte considerável, pequena que seja, mas importante, para que a fauna marinha possa se reproduzir, para que ela possa se alimentar e se ajustar.

Também trabalho, na Secretaria do Meio Ambiente daquele Estado, neste momento, e lá criamos, em excelente harmonia com a , as áreas de proteção ambiental marinha do Estado de São Paulo, que somam cerca de 1 milhão e 300 mil hectares. Elas foram criadas especificamente com a intenção de que o Estado pudesse intervir para evitar a pesca predatória.

A pesca predatória é um mal grave. Nós ecologistas e marinheiros — se me permitem falar da Marinha dessa forma tão amigável — estamos preocupados com isso.

Esse difícil exercício está sendo um sucesso, porque estamos realizando agora um amplo diálogo na discussão de um plano de manejo dessas áreas protegidas, sempre com a participação de todos os interessados, inclusive a Marinha do Brasil.

O Almirante Ibsen Câmara, no ano passado, recebeu inclusive uma comenda do Governador Geraldo Alckmin pelos seu importante trabalho na área ambiental. Eu recomendo os louvores de todos aqui a essa alta e querida figura, que já vai perto dos seus 90 anos.

Eu vou falar da Comissão Pró-Criação do Parque Nacional de Alcatrazes, mas apenas aproveito para comentar alguns assuntos que acho ser do interesse de todos. A questão do zoneamento costeiro levantada aqui pelo Presidente da Comissão, Deputado Penna, encontra, nessas áreas de proteção ambiental, uma experiência que poderia ser — como já dissemos isso em vários fóruns — experimentada em vários Estados e pelo Instituto Chico Mendes também. Eu acho que isso terá sempre uma ação positiva.

Eu sou portador do seguinte manifesto: Pró-Criação de Conservação de Unidades Marinhas — e são mais de 15 —, que eu vou passar ao Deputado Tripoli, na qualidade de Presidente desta reunião. E nós gostaríamos que estivesse entre essas unidades o Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes. Nós gostaríamos muito de ver ampliadas. Nós temos o compromisso formal de uma convenção, a Convenção da Biodiversidade, que, nas Metas de Aichi, Nagoya,



propõe-se — cada um dos membros convencionados — a ter pelo menos 10% das áreas marinhas protegidas. E, como a Kelen bem mostrou, nós estamos muito longe disso. Nós precisamos correr. E aqui é uma contribuição que pode levar a essa questão. Sr. Presidente, eis aqui o manifesto, por favor. Esta é uma colocação que eu acho importante que nós devemos fazer também.

Eu gostaria de mencionar — e acho que não é preciso repetir — que todos que me antecederam, inclusive a Marinha do Brasil, mostraram que o Arquipélago dos Alcatrazes é uma dessas coisas maravilhosas que existem no mundo. Não é uma pouca coisa. Além de ter uma beleza cênica, uma beleza paisagística, o Arquipélago dos Alcatrazes tem uma importância científica, uma importância de proteção da biodiversidade que é inegável. A cada estudo que se faz, consolida-se a notícia de que o arquipélago precisa ser realmente protegido.

Eu ouvi, pela primeira vez, que se pretendia criar o Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes na sede da Marinha, no Estado de São Paulo, dita pelo nosso companheiro. E esses estudos contavam com o entusiasmo da Marinha. Por quê? Porque houve, desde a década de 80 até recentemente, uma área de exclusão da Marinha naquela região, que evitou que muitas ações predatórias de pesca pudessem ser executadas. Essa área já não existe mais, por necessidade inclusive de convenções internacionais. E a criação desse parque nacional, de certa forma, vem suprir a ausência de uma legislação ou de uma forma de proteção que exista por aí.

Eu queria fazer esses pequenos comentários sobre o que foi apresentado, depois eu posso até falar mais de algumas outras coisas. Esses são os mais significativos que eu anotei aqui. Lembro, Kelen, de uma coisa que me deixou muito feliz, ou seja, que continua a ideia de que esse parque nacional seja coligado às Áreas de Proteção Ambiental Marinhas. Quando nós fizemos as Áreas de Proteção Marinhas no Brasil, nós justamente o encostamos na área de exclusão da Marinha, para que houvesse essa continuidade de proteção desse trabalho. E cada vez nós conhecemos mais a riqueza, a importância e a necessidade de proteção dessas áreas marinhas.

Quando foram criadas essas APAs Marinhas, foi criado também o Mosaico de Áreas Protegidas Marinhas, do Estado de São Paulo, que funciona entre diversas



outras. Foi mencionado aqui o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. Existem as três APAs: o Parque Estadual de Ilhabela, o Parque Estadual da Ilha Anchieta e a área protegida de vocês, a ESEC de Tamoios. Então, tudo isso tem que trabalhar coligadamente para que os esforços se integrem.

Eu queria aqui ainda, em última homenagem à Batalha do Riachuelo, reafirmar que é de minha plena convicção e experiência, já que a idade me traz, de que, sem dúvida, as áreas mais protegidas que nós temos na costa brasileira são aquelas onde existe a presença da Marinha.

Então, queria não só fazer essa nota, como também fazer um agradecimento, obviamente impulsionador de que continue assim. Nós precisamos de vocês. O Instituto Chico Mendes precisará da presença de vocês, para que possamos garantir não só essas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas, como também as áreas do próprio Parque Nacional dos Alcatrazes que vem por aí, só existirá plenamente em conjugação com o Instituto Chico Mendes e a Marinha do Brasil.

A colaboração do Estado de São Paulo com a Marinha foi tão vigorosa que terminou no Governo passado com o convite, que nós aceitamos com prazer, de um mergulho de submarino, o que achamos muito interessante. Então, quem sabe, o Chico Mendes também, depois, vai poder fazer umas submersões, para podermos falar das riquezas submersas do Brasil.

Sobre o Comitê de Criação do Parque Nacional Marinho, aqui estou representando o seu Presidente de honra, que é o Dr. Paulo Nogueira Neto, e o seu Presidente, que é o Deputado Fábio Feldmann. Também gostaria de fazer uma menção ao Prof. Ícaro Cunha, que foi Secretário do Meio Ambiente do Município de São Sebastião, e, como tal, também lançou algumas diretrizes e a sua preocupação de se proteger o Arquipélago dos Alcatrazes. Ele surgiu de uma preocupação de várias pessoas, tanto do Governo Federal quanto da sociedade paulista, com a necessidade de termos uma solução rápida, a mais rápida possível, para, de fato, atingirmos nossa região, vê-lo no *Diário Oficial*. Nós queremos ver, o mais rápido possível. Sabemos que isso nem sempre pode ser assim, de última hora. Mas todas as notícias que estamos colhendo, tanto junto à Marinha quanto junto ao Ministério do Meio Ambiente, é de que é possível que nós tenhamos a criação desse parque ainda este ano. Como bem disse a Kelen, a área está desprotegida de uma proteção



oficial. Não temos dúvida de que a Marinha está impedindo qualquer ação ilegal, mas hoje não é ilegal que se pesque, hoje não é ilegal que se faça uma série de atuações que não são protetoras, ou são danosas ao meio ambiente. Um parque nacional é uma dessas coisas que celebramos como uma das maravilhas que podem acontecer na vida de uma pessoa ou em uma área natural que essa pessoa frequenta.

Preocupados, o Governo de São Paulo foi consultado, há mais de 2 anos — Isso é uma praxe muito salutar que se faz agora — sobre a sua concordância com a criação desse parque nacional marinho. Quando eu fui saber o que estava atrasando, há 2 anos, a criação do parque, falaram: “*Ah, está faltando a palavra do Governador de São Paulo*”. Então, isso foi alcançado facilmente, e o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, manifestou-se de forma contundente a favor da criação do parque nacional, não só se manifestando a favor, como também cobrando que se fizesse o mais rapidamente possível. Passado 1 ano e meio, nós não tínhamos notícias.

A intenção deste comitê é uma intenção de apoio e de entusiasmo, digamos assim. Ele foi criado com o objetivo de alcançar a criação do parque nacional, ele considera a importância vital do Arquipélago dos Alcatrazes, ele considera que já existe uma proposta madura entre o Instituto Chico Mendes, acordada com a Marinha, e a apoia da forma como está acordada. Ou seja, ele não é contra nada, ele é a favor de tudo. Esse comitê considera que o Governo do Estado de São Paulo já se manifestou a favor. Ele tem a adesão de várias celebridades e várias pessoas, a começar do nosso já citado Almirante Ibsen Câmara; dessa celebridade paulista, Alex Atala, o maior cozinheiro do Hemisfério Sul; do notório Cândido de Mello e Souza, o maior intelectual paulista vivo hoje; do Alexandre Machado; da estilista Costanza Pascolato; do Deputado Beto Tripoli; hoje, também dos dois Deputados Ricardo Tripoli e Zequinha Sarney; do Deputado Bruno Covas; do Presidente da Assembleia de São Paulo; do médico Drauzio Varella; de vários embaixadores; da Gal Costa; da Sônia Braga; enfim, de celebridades de todas as áreas.

Eu queria dizer a vocês que isso dá uma sustentação do que a sociedade quer. Existem situações em que, por desentendimento ou por desinformação, muitas vezes a gente vê a criação de áreas protegidas serem contestadas. Neste caso, ao



que parece, pode haver aqui uma contestação, e uma delas, não há nenhum pejo em dizer, seria de que continuasse haver exercícios de tiros. Aliás, eu acho que a maior maravilha que nós tivemos neste momento foi realmente o entendimento pela mudança da área de exercícios da ilha principal para a Ilha da Sapata. Esta é uma mudança absolutamente essencial.

Quero cumprimentar fortemente a Marinha por essa abertura, que é uma abertura do diálogo, fruto do entendimento, e também o Instituto Chico Mendes por essa iniciativa. Esta é a melhor notícia do ano, talvez da década — nós estamos no novo milênio —, ou do milênio, que nós temos até hoje sobre a questão dos Alcatrazes.

Mas nós paulistas queremos Alcatrazes no *Diário Oficial* como parque nacional, e, por isso, criamos este comitê. Eu acho que isso é algo para entusiasmarlos. As notícias que nós temos são muito alvissareiras, tanto de um lado quanto de outro.

Eu queria terminar dizendo aqui o seguinte: esta não é a única luta nossa. Nós estamos lutando, neste momento, pela preservação das áreas de araucárias, que estão extremamente ameaçadas, pela preservação da Serra da Mantiqueira. Temos notícias de que há muitas áreas de araucária com consultas públicas já realizadas para serem transformadas em áreas protegidas, principalmente no Estado do Paraná. Então, fazemos um louvor de apoio. Estamos prontos para criar um comitê de apoio para todas essas áreas, para deixar as autoridades federais mais tranquilas, no sentido do apoio da sociedade para a necessidade de proteção dessas áreas. Nós sentimos que elas precisam ser feitas e rapidamente.

Voltando ao início da minha fala, eu também gostaria de terminar homenageando uma grande amiga do mar, que disse uma das frases mais maravilhosas, frase essa que nós já usamos muitas vezes em algumas campanhas de proteção das áreas marinhas, o que para os jovens não tem mais significado. O Deputado Tripoli, que já passou dos 40 anos, deve se lembrar da grande atriz Leila Diniz, que disse uma vez que o mar é daquele que o sabe amar. Quer dizer, o mar é de todos nós que o amamos. E Alcatrazes também, de certa forma, é daqueles que o sabem amar. Eu acredito que todos aqui estão unidos nesta mesma causa.

Muito obrigado. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao José Pedro de Oliveira Costa pela generosa manifestação no sentido de comemoração, num primeiro momento, e de torcida, num segundo, para que possamos evoluir cada vez mais.

Acho que demos passos enormes no dia hoje, o que é fundamental para a causa que todos nós que estamos aqui abraçamos.

Passo a palavra agora ao Deputado Sarney Filho, para que possa fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Presidente, antes de tudo, meus parabéns, minhas congratulações por este requerimento importante.

Nós estamos vivendo um momento difícil na área ambiental no que diz respeito tanto aos ecossistemas terrestres quanto aos marinhos. Nós estamos numa defasagem muito grande. Nossa proteção marinha ainda é muito pequena. Qualquer criação de unidade de conservação em área marinha merece logo o nosso apoio irrestrito. Evidentemente, a discussão em voga sobre o Arquipélago Nacional dos Alcatrazes é importante. Essa área pode ser emblemática para as questões de proteção marinha.

Eu pude notar que a Marinha está de acordo com a criação desse parque. Isso é importante. Na realidade, devemos não somente à Marinha, no que diz respeito às áreas marítimas, mas também ao Exército e à Aeronáutica algumas das melhores áreas verdes urbanas do Brasil, que têm sido protegidas justamente por isso. Há até uma discussão sobre, por pressões imobiliárias, algumas legítimas, outras nem tanto, da utilização desses terrenos. Mas eu creio que neste caso as nossas Forças Armadas, como um todo, irão bravamente, como é do seu *métier*, resistir a essas investidas, que na realidade não são feitas contra o seu patrimônio, mas contra o patrimônio do povo brasileiro.

Vim aqui dar um abraço especial no Zé Pedro que, como Secretário de Biodiversidade, na época em que fui Ministro, deu uma nova visão. Criamos e ajudamos que se criassem no futuro inúmeras unidades de conservação, reservas da biosfera. Enfim, foi um momento muito interessante.

Como eu estava dizendo, hoje, a nossa situação ambiental é difícil. Estamos numa espécie de encruzilhada, Presidente. De um lado, estamos vendo o



aquecimento global alcançando recorde — 400 partículas por milhão de dióxido de carbono na atmosfera —, o que jamais foi visto, a não ser há 3 milhões de anos. A nossa civilização não conhece esse tipo de coisa. Isso só se sabe através de estudos de gelo, Ártico, Antártico. Aí é que se foi buscar por cálculos, para se saber como era a atmosfera há 3 milhões de anos.

Estamos vendo os extremos climáticos, não só o que aconteceu no Brasil, mas o que está acontecendo na Europa hoje. São recordes de níveis de enchentes jamais vistos. O Rio Negro teve a maior enchente há 2 anos, a maior enchente da sua história. Agora, na Europa, as notícias nos dizem que as enchentes são as maiores da sua história. Temos visto que os eventos extremos têm se acentuado. E por mais paradoxal que seja, a sociedade está desmobilizada. Ela já esteve mais mobilizada. Sabemos que, sem a mobilização da sociedade, as coisas dificilmente andam, porque elas ficam a reboque dos interesses econômicos, que são mais imediatos, mais palpáveis. A cada eleição, esses interesses são valorizados. Então, a situação é difícil.

O Código Florestal, que foi votado com alguns retrocessos enormes, segundo o nosso ponto de vista — e o meu ponto é o seu também, votamos contra esses retrocessos —, as poucas coisas boas que tem, como o Cadastro Ambiental Rural, não estão sendo colocadas. Até agora não se sabe, não há parâmetros sobre isso. Realmente, nós temos que dar exemplos, nós temos que colocar a sociedade. E a criação dessa unidade de conservação resume isso tudo, quer dizer, a participação da sociedade organizada, mobilizada, é a sensibilização dos órgãos governamentais e do Poder Legislativo, que é a caixa de ressonância da população.

Então, parabéns! Eu só tenho que celebrar esta audiência pública. Tenho certeza de que dela sairá a solução adequada para a criação dessa unidade de conservação tão importante que servirá também de exemplo e de referência para outras criações nos ecossistemas marinhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Obrigado. Parabéns, Deputado Sarney Filho. V.Exa. é um profundo conhecedor e militante das causas ambientais. Na Presidência da Frente Parlamentar Ambientalista, V.Exa. tem conduzido políticas públicas voltadas para a questão do meio ambiente.



Queria anunciar, também, que passaram por esta reunião o Presidente da Comissão, Deputado Penna; o Deputado Paulo Cesar Quartiero; o Deputado Arnaldo Jordy e o Deputado Sarney Filho, que já fez uso da palavra.

Antes de passar a palavra para a manifestação final dos membros da Mesa, eu quero dizer que é muito comum pessoas anônimas lutarem por uma causa e nem sempre serem distinguidas por isso. Eu me recordo de que, em 1999, tive acesso ao maior acervo fotográfico de Alcatraz, que pertencia a uma pessoa que entrou no meu gabinete e disse: *“Olha, precisamos discutir uma coisa extremamente séria”*. E dali nós iniciamos uma discussão sobre Alcatraz. Quando ele chegava para conversar, o pessoal dizia: *“Está aí o representante de Alcatraz”*. Ele já não era o representante da Fundação Florestal. Eu me refiro a Fausto Pires de Campos. Aliás, eu queria muito que ele fizesse a sua manifestação, por ter sido um dos precursores nesse processo de Alcatraz. Fausto Pires é uma pessoa que tem na alma um envolvimento com aquela região, com aquele arquipélago, fala daquilo como se fosse patrimônio da sua corporificação na questão ambiental, e mais do que isso, a maneira como ele se dedicou a vida inteira a essa causa. Tenho certeza de que hoje, em parte, ele comemora junto conosco aqui e também que o José Pedro faz também coro a essa manifestação do Fausto, que é uma pessoa que tem inspirado a todos nós. Obviamente, eu não poderia, durante o meu mandato, deixar de requerer esta audiência pública, motivado por tantas e quantas pessoas que ele representa hoje e que estiveram à nossa volta discutindo sobre a Ilha de Alcatraz.

Fausto, eu gostaria que você fizesse uma manifestação.

O SR. FAUSTO PIRES DE CAMPOS - Boa tarde. Obrigado, Deputado Ricardo. Parabéns pelo seu requerimento de audiência pública. Parabéns a todos pelas palestras.

Gostaria de cumprimentar especialmente a Kelen, que tem feito um trabalho excepcional na direção da Estação Ecológica Tupinambás. Ela reergueu uma estação que estava abandonada. O IBAMA deixou aquela unidade largada de 1987 a 1999, ignorava aquela unidade. Mais tarde, o Ministério colocou uma diretora. Houve uma nova queda. E a Kelen, de fato, nos anos em que vem dirigindo a unidade, deu outro porte à unidade, está cuidando da sua implantação. Eu acho que ela é um dos grandes exemplos de diretora de unidade de conservação no Brasil.



Eu quero cumprimentar a Marinha não só pelo seu dia, hoje, mas pelo diálogo que vem abrindo desde 2006, avançando e discutindo a questão do meio ambiente, que não era discutida antes. Eu acho que o avanço foi excepcional.

Nós começamos a campanha para criar o parque nacional em 1990. Fizemos uma campanha pela ONG Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, criamos o Projeto Alcatraz, promovemos 42 expedições de pesquisa em Alcatraz. E hoje sabermos que o Saco do Funil pode ser liberado, quer dizer, que a ilha principal onde está a maior concentração de biodiversidade de animais ameaçados e plantas raras do País, provavelmente, é extraordinário. Então, que a Marinha tenha tido essa compreensão, que o Instituto Chico Mendes tenha chegado a esse ponto, eu acho que é um fator de regozijo para todos nós.

Mas gostaria de fazer duas perguntas ao Comandante. Gostaria de saber se vocês têm feito estudos de exercícios virtuais. Eu sei que o equipamento deve ser caríssimo. A gente viu que no Rio, agora está sendo uma solução o treinamento com equipamento virtual. E outro estudo seria atirar em plataformas abandonadas da PETROBRAS.

Por que eu faço essa pergunta, respeitando todo o grande avanço que eu reconheço que a Marinha fez? Porque na Ilha da Sapata, como qualquer ilha no Planeta, há vida. Não existe uma ilha, um rochedo ermo. O que é mais ermo no Brasil? O Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Quando se chega lá, há muita vida, há peixe endêmico. E isso seria o mais ermo. O que a Ilha da Sapata tem de ninho? Ela tem ninho de atobá. A Marinha vai e dá tiros no mesmo atobá que protege em São Pedro e São Paulo.

E aí vem uma pergunta que eu faço à Kelen: como é que vocês vão resolver essa questão jurídica? Há colônias na Ilha da Sapata: colônias de atobá, de gaiivotão e de duas aves ameaçadas, a trinta-réis-real, ameaçadíssima, que só faz ninho no Brasil em São Paulo e só está efetivamente protegida, hoje, na Laje de Santos; e a trinta-réis-de-bico-vermelho, que também tem nidificação no inverno junto com a trinta-réis-real.

Eu termino a minha observação com essas duas perguntas.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu vou passar a palavra ao nosso Contra-Almirante.

O SR. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO - Sr. Fausto Pires, inicialmente agradeço-lhe as suas palavras. Realmente, harmonização, eu diria, é a ideia-força desta nossa audiência pública. Foi um processo dificultoso ao longo dos anos. Hoje eu vejo que nós estamos chegando a um ponto de consenso. Eu acho que, conforme dito pelos nossos representantes do Parlamento brasileiro aqui presentes, temos muito que comemorar.

Com relação à sua pergunta sobre a existência de raios virtuais para a realização desses exercícios, conforme o senhor bem comentou, eles são de preços exorbitantes. Além disso, há que se verificar a compatibilização dos sistemas de armas das diversas fragatas e corvetas que integram o poder naval brasileiro, para verificar se efetivamente elas são compatíveis com esse tipo de exercício.

Conforme fiz questão de expor na minha apresentação, nós temos a necessidade de realizar exercícios de bombardeio naval para manter as capacitações da nossa força naval, tendo referenciais em terra e treinando para diversos tipos de operações, inclusive anfíbias. É importante que nós tenhamos referenciais em terra.

Esse entendimento que nós estamos realizando entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha, tenta, conforme já mencionei, buscar uma solução que permite Marinha continuar a utilizar, de forma bastante reduzida, a área e seus exercícios. Nós pedimos o parecer do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para verificar qual seria a solução menos impactante. E foi constatado que na Ilha da Sapata praticamente não há espécies endêmicas. Uma solução harmoniosa e de consenso é harmonizar defesa e meio ambiente. Acho que essa é a nossa grande vitória no dia de hoje. Estamos buscando uma solução harmonizadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado.

Passo a palavra agora à Kelen Leite.

A SRA. KELEN LEITE - Com relação às aves na Sapata, temos feito levantamentos, nos últimos 3 anos, e não constatamos mais a presença das trinta-



réis na Sapata. Foi feita uma vistoria conjunta com seis analistas ambientais, e nos últimos 3 anos, elas não têm identificado. Nós constatamos a presença dos atobás. Aí o que foi discutido no âmbito do GT com a Marinha — e a Comandante Taís está responsável por essa parte — é a questão de um plano de monitoramento e medidas mitigatórias.

Levantamos em alguns estudos científicos que o atobá não tem um período reprodutivo fixo no ano. O período reprodutivo dele é em torno de 8 meses. Então, precisaríamos fazer esse monitoramento para ver qual é o pico reprodutivo da espécie ao longo do ano, e, nesse pico reprodutivo, nós tentamos restringir o exercício de tiro. Essa foi uma das medidas discutidas.

Com relação à complexidade ambiental, não há o que se discutir sobre a complexidade ambiental da ilha principal com a Ilha da Sapata. A Ilha da Sapata é uma ilha muito pobre, a vegetação é composta basicamente por gramínea e ciperácea.

Com relação à parte submersa da Sapata, há pouca heterogeneidade de ambiente. Há um paredão contínuo, que não é ideal para a presença de vida marinha, é menos importante que o Saco do Funil. É lógico que o ideal seria nós preservarmos essa área. Mas como o Comandante disse, estamos buscando o menos impactante possível. A Sapata, nesse contexto, foi a melhor alternativa que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu acho que agora podemos encerrar a nossa reunião, mas antes vou pedir a cada um que faça as suas considerações finais.

Vamos começar por Oliveira Costa.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - Bem, minha consideração é basicamente de agradecimento. Discutindo um pouco o que o Fausto apresentou, a todos nós ecologistas, perguntados se preferíamos que houvesse os exercícios na Sapata ou não, a resposta óbvia é “não”. Preferíamos que não houvesse. Em sendo isso impossível e sendo a Marinha responsável pela defesa do País, estamos aceitando essa alternativa. O comitê criado apoia a posição oficial do Governo. Nós queremos que isso seja realizado no menor prazo possível. Esperamos que ainda possa acontecer neste ano. Isto será festejado por todos nós. De qualquer forma, as



minhas palavras são de agradecimento a todos, ao pessoal do Instituto Chico Mendes, à Marinha, aos presentes e ao Deputado Tripoli, que teve a gentileza de pensar no Alcatrazes e nos chamar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao nosso Contra-Almirante Wilson Pereira de Lima Filho para suas considerações finais.

O SR. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO - Mais uma vez, eu gostaria de me dirigir ao Presidente da Mesa, ao Deputado Ricardo Tripoli, ao Deputado Sarney Filho, cuja presença enriquece aqui os nossos trabalhos, neste momento em que estão sentados lado a lado cidadãos militares, cidadãos civis, neste novo momento especial que nós vivemos no nosso País, exercendo plenamente a democracia.

E neste ponto é importante que nós busquemos sempre a harmonização, buscar o entendimento e o consenso. Nunca vamos conseguir cem por cento de satisfação quando há um ponto em debate. Então, é bom que nós busquemos um ponto em que as duas partes concordem com a decisão. É o que nós estamos conseguindo hoje. A Marinha do Brasil concordará totalmente com o estabelecimento do PARNA Alcatraz, desde que sejam atendidas essa solicitações: manutenção daquela área específica da Sapata, para nós realizarmos o nosso exercício. E nós vamos continuar tomando todas as medidas de preservação do meio ambiente e as medidas mitigatórias que já foram acordadas no nosso termo de entendimento firmado em 2008.

No mais, gostaria de parabenizar todos os palestrantes, em especial o Sr. Fausto pela colocação que fez, também bastante importante.

Cumprimento aqueles que nos acompanharam pela Internet.

É uma satisfação muito grande para a Marinha do Brasil, por mim aqui representada, participar deste evento, especialmente no dia de hoje, em que nós estamos entusiasmados e vibrantes comemorando a data magna da nossa querida Marinha do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Obrigado, Contra-Almirante.

Passo a palavra agora à Kelen Leite, do Instituto Chico Mendes.



A SRA. KELEN LEITE – Apenas quero reiterar que estamos fazendo um esforço dentro do grupo de trabalho — ICMBIO, Marinha do Brasil e IBAMAR — na questão de busca de entendimentos. Foi um processo construído durante esses três anos, do qual tive o prazer de participar. Aprendi muito com a Marinha do Brasil e com o IBAMA.

Acho que o melhor caminho é buscarmos soluções que sejam boas para todos os que estão participando desse processo.

Eu acho que Alcatrazes só tem a ganhar com isso. Hoje vários setores da Marinha olham para Alcatrazes de maneira diferente. A Marinha olha com o cuidado de conservação — e isso se nota desde o pessoal que vai para campo até o pessoal que participa das reuniões do GT com a gente.

Aproveito para pedir a questão de um olhar diferenciado para os oceanos, como o nobre Deputado citou. Na verdade, a nossa população ainda tem uma dificuldade muito grande de enxergar o oceano e as possibilidades oferecidas por esse território que ainda é desconhecido.

Acho que pensar em áreas marinhas protegidas e colocar esse tema em discussão é uma oportunidade que a gente tem de aumentar a efetividade da conservação dessas áreas. Sem apoio popular eu acho muito difícil a gente conseguir uma conservação efetiva dessas áreas.

Agradeço à Comissão pelo convite e cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado, Kelen Leite.

Passo a palavra agora ao Prof. Dr. Otávio Augusto Vuolo Marques, para considerações finais.

O SR. OTÁVIO AUGUSTO VUOLO MARQUES - Eu também agradeço a oportunidade de estar presente nesta audiência. Sem dúvida, daqui saímos felizes — embora não totalmente. O Fausto levantou uma questão importante, mas eu acho que a gente tem um avanço muito grande. Ao permanecer intocada a Ilha dos Alcatrazes, certamente vamos assegurar a manutenção de boa parte do potencial que a gente expôs.

Mas o bonde está andando. Eu gostaria de aproveitar o momento, já que o Zé Pedro está presente, para chamar a atenção para outra questão. A gente tem a



questão de Alcatrazes já sendo em boa parte resolvida, mas há problemas em outra ilha, a Ilha da Queimada Grande.

O Instituto Butantan trabalha lá há 15 anos, e eu chamo a atenção para o fato de que a população de jararaca que está lá reduziu para metade. Existem indícios de tráfico, de biopirataria, indícios bem concretos. E a situação lá é bem alarmante.

Existem registros de bichos já localizados no exterior, e é um local que demanda realmente muito cuidado, principalmente pelo que a gente apresentou aqui. Relembro que se trata de um animal que tem um veneno completamente diferente, já tem gente de olho nesse potencial e, provavelmente, já tem esses bichos em mãos. Então, será uma perda de patrimônio bastante grave para o nosso País.

Então, quem sabe o Zé Pedro, que fez esse grande esforço para Alcatrazes, pode também se empenhar para resolver a questão da Queimada Grande.

Agradeço mais uma vez o convite e espero ter colaborado de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu que agradeço a gentileza de sua participação.

Embora não seja um debate, mas uma audiência pública, o Zé Pedro disse que foi citado e quer dar uma palavrinha.

Com a palavra o Zé Pedro.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - Rapidamente, antes que o Deputado Sarney possa fazer uso da palavra. Quero falar sobre três questões.

Primeiro, com relação à Queimada Grande, neste momento está sendo executado o Plano de Manejo das APAS Marinhas no Estado de São Paulo. É um excelente momento, inclusive o Fausto está atento a isso — e eu gostaria muito da manifestação dele —, para que essa área fosse transformada em algo a mais do que uma área de proteção ambiental. Então, ela poderia ser uma área de relevante interesse ecológico, um parque ou até alguma outra coisa estadual, dependendo dos entendimentos que fossem feitos. Obviamente que isso passa por entendimento com a Marinha também. Então, o momento é muito oportuno.

Mas quero dizer que sim: dentro dos estudos dos planos de manejo dessas áreas existe a possibilidade de um acréscimo de restrições que a ciência nos obrigue a fazer. Então, eu gostaria que isso viesse formalmente, por meio de solicitação



dirigida ao Secretário do Meio Ambiente, a mim, ou a quem se quiser. Mas que venha uma solicitação formal no Instituto Butantan, por favor.

E já que estamos fazendo outras reivindicações, corre nesta Casa — e aqui estão vários Deputados — um projeto de lei que me deixa muito assustado, que é o de reabrir a Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Não tem nada a ver com os Alcatrazes diretamente, mas tem a ver com a Mata Atlântica.

Então, faço um apelo à Comissão do Meio Ambiente para que fique atenta e nos diga o que nós precisamos fazer para ajudar para evitar que isso possa acontecer, porque realmente seria uma perda científica e ecológica muito grave a reabertura da Estrada do Colono.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - A Kelen quer fazer uma complementação também.

A SRA. KELEN LEITE - Complementando: a Queimada Grande já é hoje uma área federal, só que é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, que permite o uso dos recursos. Eu acho que seria interessante, talvez, a composição de uma categoria de proteção integral.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - Aí será como o Governo Federal preferir: se ele quiser continuar, ou se quiser que o Estado faça, nós estamos prontos ao diálogo também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Esse tema tem matéria para muito tempo aqui.

Vou passar a palavra ao Deputado Quartiero. Antes, porém, falará o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem rapidamente, primeiro quero suprir a falha que cometi, por desconhecimento, em não parabenizar — como estou fazendo agora — a Marinha do Brasil pelo seu Dia Nacional. A Marinha merece o nosso respeito, a nossa consideração e as nossas homenagens.

Portanto, no dia de hoje, não só em meu nome, mas também em nome do Partido Verde, que eu tenho a honra de liderar aqui nesta Casa, associamo-nos às homenagens à Marinha.



Segundo, quero dizer que temos na Frente Parlamentar Ambientalista um grupo de trabalho do mar. Outro dia fizemos uma reunião de audiência pública aqui, e nós estamos tentando discutir uma lei específica para as áreas marinhas nos moldes — evidentemente que é outra lei — em que foi feita a Lei da Mata Atlântica.

A gente, inclusive, acha que, como os interesses econômicos são muito específicos nessa área, é possível que corra mais rápido e que a gente tenha menos resistências nessa confecção.

Evidentemente, se formos fazer uma lei dessa natureza, todo mundo vai ser ouvido, principalmente a Marinha, que é um órgão que conhece muito mais do que qualquer um de nós aí ou do que qualquer outro órgão a realidade dos nossos mares.

Então, era isso, Presidente, só para fazer essas duas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado.

Deputado Quartiero, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli, meus cumprimentos a V.Exa., aos demais Deputados, aos integrantes da Mesa e aos presentes.

Estou falando aqui, mas eu cheguei atrasado, perdi o assunto e, parece-me, pelas notícias que já ouvi sobre a questão de Alcatrazes, a Marinha usava aquela ilha até para exercício naval. Mas estaria ela impossibilitada de realizá-los para adestramento do equipamento naval e da atuação como força naval, devido a esses empreendimentos ambientais.

Eu não acompanhei, então fico prejudicado. Mas a minha opinião geral sobre esse assunto é que essa questão ambiental tomou um rumo totalmente desproporcional à importância que tem e a realidade que é. E hoje todas as questões brasileiras, sejam econômicas, sejam de defesa, sejam também de saúde, sejam até de possibilidade de o País desenvolver e utilizar seus recursos naturais, estão subordinadas à questão dita ambiental. Então, soberania brasileira, progresso, desenvolvimento, qualidade de vida da nossa população, enfim, estas estão em segundo plano.

E a gente sabe como surgiu essa questão ambiental. Essa questão ambiental surgiu naquela história da mudança climática antropogênica, quando se afirmava



que a ação do homem iria modificar o clima na terra e, com isso, comprometer a própria existência da humanidade e do mundo.

Mas já se provou — e até criancinha recém-nascida sabe — que isso é uma fraude e que cientificamente isso não existe essa história de aquecimento global, de efeito estufa. Cientificamente, nada disso existe. Mas isso possibilitou o surgimento dessa política preservacionista. E essa política tem comprometido, sim, seriamente a Nação brasileira e o nosso povo.

Na minha concepção, todos os problemas serão resolvidos — e são resolvidos —, inclusive os ambientais, mediante dois aspectos: o desenvolvimento e a tecnologia.

O homem, ao evoluir e ao se agregar como sociedade, evidentemente precisa de certos condicionantes até para sua sobrevivência.

Então, parece-me que nós aqui no Brasil tomamos um caminho muito ruim. E observamos que é só o Brasil que faz isso; os outros países não o fazem. Eu estive recentemente na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru: de um lado, não se pode desmatar, não se pode plantar, a farinha está a 10 contos porque ninguém planta; de outro lado, no Peru, tem madeireira; tem exploração garimpeira; durante o defeso os peixes vão desovar na cabeceira dos rios, que é quando os peruanos e colombianos os pescam, enquanto o nosso ribeirinho tem que passar fome.

Então, essa questão está causando comprometimentos. Em Roraima, a situação é crítica. Na discussão do Código Florestal, por exemplo, nós defendemos aqui — eu sou do setor agrícola — a manutenção das áreas consolidadas, o que era o mínimo. São áreas necessárias para a produção, para alimentar o Brasil e o mundo, para dar qualidade de vida às pessoas, para que elas sobrevivam economicamente. Mas e nós da Amazônia que não temos áreas consolidadas, que não temos nada e onde se tem tudo por fazer?

Evidentemente que essa política ambiental associada com outras políticas está comprometendo, como comprometeu o meu Estado de Roraima, que hoje está inviabilizado.

Agora: é possível conciliar desenvolvimento com meio ambiente? Não só é possível; é necessário.



Nós temos o caso lá de Roraima, por exemplo, de Municípios do interior que visitei agora, praticamente estou vindo de lá, onde as pessoas estão sofrendo porque estão voltando a malária e a febre amarela. E por quê? Porque as pessoas não podem sequer roçar o quintal de suas casas. E se roçarem o quintal das casas, o IBAMA vai lá — e vai mesmo — com helicóptero, com forças policiais e militares, e aplica uma multa. Muitas vezes essas pessoas têm uma renda pequena e isso compromete a vida delas. E as pessoas estão adoecendo e morrendo. Será que é isso que nós queremos?

O caso aqui eu não acompanhei, mas se nós, como Nação, não tivermos a capacidade de nos adestrar para defender o nosso patrimônio, de que adianta preservá-lo? Se nós não podemos usar os nossos recursos naturais em benefício do povo brasileiro, de que adianta isso tudo? E depois quem mantém isso? Não é o fruto do trabalho de todos os brasileiros?

Esse exército de ambientalistas, exército de "ongueiros", exército de instituições daqui e dali são os que sobrevivem e não produzem nada. Então, é a sociedade que está lhes pagando para fazerem o trabalho que bem ou mal estão fazendo. E se não tiver atividade econômica, do que vão viver?

Então, nós estamos numa encruzilhada tal que temos que repensar essa questão ambiental, até em benefício do próprio ambientalismo.

Em Roraima temos consciência disso, porque lá foram demarcadas grandes áreas, as quais foram tiradas dos fazendeiros para preservar o meio ambiente. Mas hoje, como não tem a pessoa para cuidar do incêndio, todo ano elas queimam — todo ano. Então, indagamos: evoluiu? Não, retrocedeu.

Temos depoimentos de índios dizendo que, quando nós plantávamos arroz e irrigávamos a área na época da seca, desenvolveu-se extraordinariamente a fauna e a flora. E os índios tinham o que caçar e pescar, mas depois que nós nos retiramos de lá, acabou isso tudo, e os índios tiveram que sair de lá para ir viver nas periferias das cidades.

Esse é só um exemplo. Lógico que não é o caso geral do País, mas eu acho que nós estamos comprometendo, sim, o destino da nossa Nação brasileira ao fazermos essa política. Repito: nenhum país do mundo faz isso; nenhum país renuncia áreas agrícolas produtivas, ao contrário, todo mundo quer aumentá-las.



Eu peço desculpas se me afastei do tema, até porque nada poderia falar sobre ele, pois eu não estava aqui.

Sinceramente, eu acho que nós temos que repensar o assunto do ambientalismo. E para isso conto com a sua competência, Deputado Tripoli, e com o seu dinamismo, para conseguirmos equilibrar as coisas e deixar todo mundo viver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputado Quartiero, eu queria agradecer a V.Exa. pela sua manifestação, até porque no início desta reunião eu disse que seria uma reunião do contraditório, e V.Exa. veio exatamente para estabelecer contraditório. V.Exa. sabe que eu sou ambientalista, eu sei que V.Exa. defende o agronegócio, mas eu acho que nós estamos na Casa correta para fazer essa discussão. É aqui mesmo que nós vamos conseguir contribuir para que o País possa...

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Se V.Exa. me der oportunidade de um instante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Lógico. Eu só peço a gentileza dos demais para aguardarem mais um pouco. Nós estamos finalizando.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO – Vejam que em cada esquina prevê-se o final do mundo, dizem que o gado vai ruminar e vai acabar o mundo... Mas realmente a única coisa impressionante e preocupante que observei — e eu acho que todo mundo observou — é a questão do meteoro, não é? Aquele que caiu na Rússia parece que tinha 10 toneladas e fez um estrago extraordinário. Isso, sim, é uma coisa complicada. E se vier um de 10 mil toneladas, como veio aquele que acabou com os dinossauros, segundo a teoria.

O Pentágono chamou o pessoal da NASA para discutir o assunto e perguntou o que poderia ser feito no caso de um meteoro de maior tamanho viesse em rumo de colisão com a Terra. E um general do Pentágono, do qual eu não me recordo o nome, disse que só tem uma coisa a fazer: rezar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputado Quartiero, eu vou pedir para a Marinha nos ajudar. Quem sabe tenha uma equação boa junto com o Exército e com a Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Se cair no mar, chama o almirante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Se cair no mar, vamos chamar o contra-almirante, então. *(Risos.)*

Vejam que a Comissão de Meio Ambiente é extremamente polêmica. Deu para perceber numa pequena manifestação o quanto é difícil juntarmos o desenvolvimento com a sustentabilidade. Mas nós vamos continuar. Eu acho que o mais importante é manter o canal de diálogo aberto, a fim de evitar situações em que não possamos superar essas dificuldades que nós temos.

Antes de encerrar, eu queria avisar que todas as manifestações feitas aqui estão à disposição de todo cidadão brasileiro. A reunião foi transmitida pela *TV Câmara*, pela Internet e vai fazer parte do acervo da nossa Comissão. Muitas vezes, buscamos na página da Comissão palestras de anos anteriores para instruir o trabalho que aqui desenvolvemos.

Eu queria agradecer muito a contribuição que cada um dos palestrantes deu hoje aqui, no sentido da busca de uma solução de um problema que para nós é tão caro. E acho que a Marinha trouxe hoje uma boa nova. Eu acho que houve um grande avanço nesse aspecto que foi identificado por todos que aqui se manifestaram.

Eu queria dizer, mais uma vez, que as apresentações dos palestrantes desta audiência estarão à disposição dos interessados, a partir de amanhã, na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Por fim, informo que amanhã, quarta-feira, às 10 horas da manhã, no Plenário 2, neste Anexo, a Comissão de Meio Ambiente estará reunida para a realização de reunião deliberativa ordinária.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares, dos demais presentes. Mais uma vez, parabéns à Marinha pelo transcurso de seu aniversário e pela consideração que tiveram os seus representantes de, neste dia festivo, virem a esta Comissão. Eu gostaria de agradecer mais uma vez, porque obviamente hoje os senhores devem ter muitas solenidades e nos deram o prazer de estar aqui conosco.

Declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*